

Como o governo quer garantir US\$ 1,2 bi

Nas conversas com os membros da missão do FMI e os auditores dos bancos, esta semana, o governo quer mostrar o acerto das nossas contas e a necessidade de renegociação.

O governo deve garantir esta semana, nas conversações com os economistas do Fundo Monetário Internacional e dos bancos credores, o saque de US\$ 1,26 bilhão em setembro e ainda mostram os trunfos que possui para a renegociação da dívida externa a vencer a partir de 1985.

Os técnicos do FMI querem a liberalização

das importações para reduzir a pressão inflacionária e reaquecer a economia. Mas os economistas dos bancos e setores do próprio governo entendem que o país deve prosseguir na acumulação de reservas cambiais para reduzir a menos de US\$ 3 bilhões a necessidade de recursos novos para 1985 e aumentar o poder de barganha do Brasil na próxima fase de renegociação.

A missão do FMI terá hoje o segundo encontro com os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvêas, e mais o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, no Palácio do Planalto. Neste final de semana, os economistas do FMI continuaram o trabalho de análise dos dados coletados desde segunda-feira passada para confirmar o cumprimento das metas fixadas para o primeiro semestre e traçar novas projeções para o restante do ano.

No Banco Central, os integrantes do Subcomitê de Economia do Comitê Renegociador começam a receber os mesmos dados entregues aos técnicos do FMI para a interpretação dos bancos privados. A aprovação das metas do primeiro semestre — crédito interno líquido, déficit público, balanço de pagamentos e endividamento externo — permite ao Brasil sacar no próximo mês, US\$ 390 milhões junto ao FMI e mais US\$ 875 milhões dos bancos internacionais.

"Fase três"

A intenção brasileira de incluir na "fase três" da renegociação os compromissos externos dos próximos três ou, se possível, cinco anos e a mudança de governo levam os economistas do FMI e dos bancos a aprofundarem suas projeções. O ajuste externo avançou mais do que esperavam os credores internacionais, mas o processo sucessório aumentou as incertezas.

Dai a previsão de que a reunião de hoje no Palácio do Planalto não



será conclusiva para a elaboração da sexta carta de intenções do País ao FMI. Os economistas do FMI apresentarão suas projeções e voltarão a discutir a crise da Previdência Social e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), os efeitos negativos da indexação no processo inflacionário brasileiro e os caminhos para a retomada

da atividade produtiva.

Ao chegar a Brasília, na semana passada, o chefe da missão do FMI, o chileno Tomas Reichmann, negou que o Fundo seja inflexível na fixação dos programas de ajuste e assegurou que as peculiaridades brasileiras sempre foram levadas em conta.

Importações

Ao contrário da missão do FMI, os economistas dos bancos procurarão, ao longo desta semana, examinar mais a capacidade de o País continuar honrando os seus compromissos externos, inclusive a partir da sucessão presidencial. Por esta ótica, o subcomitê de economia dos bancos credores terá o maior interesse em defender o crescimento das reservas colocando-se assim contra a liberalização das importações.

Há três meses, o presidente do Banco Central defendia a ampliação das importações para "a remoção de alguns gargalos que existem no setor produtivo". Afirmava que o superávit comercial superior a US\$ 9,5 bilhões prejudicaria o crescimento interno e o combate à inflação, o que justificava a expansão de até 30% das importações do setor privado no segundo semestre. Porém, até agora, prevaleceu a corrente do governo que defende a máxima acumulação de reservas, pelo menos até a conclusão da próxima renegociação plurianual da dívida externa.

Outra ala de técnicos do setor financeiro entende que o componente político será bem mais significativo na próxima etapa de renegociação, a partir do reconhecimento dos credores de que a mudança de governo cria expectativas novas e a manutenção do processo recessivo amplia o risco de desestabilização social e política. Isso facilita que se argumente junto aos banqueiros que o Brasil precisa crescer para honrar a sua dívida.